

Resumo de notícias econômicas

28 de julho de 2021 (quarta-feira)

Ano 3 n. 141

Núcleo de Inteligência da Sedet



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E TRABALHO

PRINCIPAIS NOTÍCIAS DE POLÍTICA ECONÔMICA: 28 DE JULHO DE 2021

Governo estuda vender parte de sua fatia no BNB

O Estado de S. Paulo

O governo federal avalia vender parte de sua fatia no Banco do Nordeste (BNB), dentro da estratégia de seu programa de desinvestimentos. A União, porém, não tem intenção de abrir mão do controle do negócio. Fundos geridos pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal, os outros maiores acionistas do banco de desenvolvimento, podem acompanhar o governo federal em uma oferta de ações, uma espécie de “RE-IPO”, uma vez que a instituição já é listada em Bolsa. O BNB está selecionando bancos de investimento para avaliar uma operação no mercado de ações. O objetivo, de acordo com uma fonte, é emplacar uma “operação no mercado de capitais, no segmento de renda variável, nos próximos meses”. » Secura. O BNB tem apenas 2,4% de suas ações em circulação, e a liquidez é praticamente zero na B3. Em julho, até dia 26, foram negociadas 1.200 ações do BNB, que movimentaram R\$ 80 mil. É o equivalente às ações negociadas em minutos do Banco do Brasil na Bolsa.

O movimento é similar ao que o governo federal fez em outras empresas, como o ressegurador IRB Brasil Re, a BR Distribuidora, a Petrobrás, além do próprio BB e da Caixa. Como 2022 deve ser pautado pelo calendário eleitoral, o que dificulta a venda de ativos de estatais, o governo tenta acelerar o plano. No caso do BNB, a tentativa de venda vem em meio a recordes de concessão de crédito do banco, que completa 69 anos e tem R\$ 62 bilhões em ativos. No primeiro semestre, as concessões somaram R\$ 20 bilhões, avanço de 11,3%. Em 2020, o lucro líquido foi de R\$ 1,4 bilhão, alta de 12,8% ante 2019. O índice de Basileia, que mede a capitalização, estava em 12,8%. Procurado, o BNB reiterou o comunicado ao mercado, no qual afirmou estar selecionando um possível prestador de serviço, mas ainda não definiu a operação. O BB e a Caixa não comentaram.

Senado ressuscita proposta de reforma que une tributos estaduais e municipais

O Estado de S. Paulo

Enquanto a Câmara avança na discussão do IR, relator da PEC 110 quer apresentar seu parecer em agosto, prevendo criação da Contribuição sobre Bens e Serviços, união de PIS e Cofins, e do Imposto sobre Bens e Consumo, fusão de tributos estaduais e municipais. Com o avanço das negociações do projeto do Imposto de Renda na Câmara, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, decidiu ressuscitar uma proposta de reforma tributária mais ampla, que abrange também os impostos estaduais e municipais.

O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 110, senador Roberto Rocha, trabalha para apresentar o seu parecer no início de agosto com um modelo de tributação conhecido como “dual”. Por esse desenho tributário, o Brasil passaria a ter dois tributos sobre o consumo: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), unindo os impostos federais PIS e Cofins, e o Imposto sobre Bens e Consumo (IBS), fusão dos tributos estaduais e municipais. O prazo de transição do IBS seria de 4 anos, incluindo um ano de teste.

Reuniões técnicas estão ocorrendo há cerca de três semanas com a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, e da Receita para buscar um acordo. Rocha disse que o objetivo é ter uma reforma ampla que respeite o pacto federativo e as relações já consolidadas no setor privado. Segundo ele, “para ficar ruim”, o sistema tributário brasileiro “precisa melhorar muito”. “Tem um olho para o futuro e incorpora os avanços do passado”, disse o relator. Ele está buscando uma convergência com a equipe do ministro e com os governos regionais para conseguir aprovar a PEC.

Apesar de convergências em pontos importantes do texto, Guedes quer colocar “arestas” porque vê risco de o Senado ressuscitar a proposta de reforma tributária ampla do deputado Baleia Rossi, a PEC 45, com um imposto único, fundindo os tributos federais, estaduais e municipais. Essa ideia foi engavetada depois da apresentação de parecer pelo relator Aguinaldo Ribeiro. A equipe econômica teme “infiltrados” da PEC anterior na elaboração do novo texto. O ministro deixou claro nas reuniões que não

aceita a criação de um fundo regional com recursos da União para compensar eventuais perdas de Estados e municípios.

No acordo político costurado entre Pacheco e o presidente da Câmara, Arthur Lira, a reforma tributária foi dividida em partes: os projetos da CBS e do Imposto de Renda ficaram com a Câmara; a PEC 110 do IBS e o projeto do Refis (parcelamento de débitos tributários), com o Senado. Mas, enquanto a discussão da proposta do IR tem avançado na Câmara, com apresentação do parecer preliminar do deputado Celso Sabino (PSDBPA), o Senado não andou com a da PEC e, agora, pretende recuperar o tempo perdido.

A proposta da PEC já deve prever a criação da CBS, permitindo que funcione como uma espécie de “passe” constitucional para o mesmo tributo previsto no projeto do governo em tramitação da Câmara. Outro avanço importante nas negociações trata do aporte de recursos para que os Estados possam fazer políticas de desenvolvimento regional. Pela proposta em negociação, os recursos viriam de uma parcela do próprio IBS, sem aporte da União. A proposta foi apresentada aos secretários de Fazenda e há uma tendência de menor resistência do que antes. Os Estados defendiam antes uma reforma ampla, com um único imposto. As resistências continuam com os municípios, que não querem renunciar ao ISS (o principal imposto municipal). Guedes propôs uma alíquota de 10% para o IBS e 10% para os Estados, sem o ISS dos municípios.

Segundo o diretor institucional do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados (Comsefaz), André Horta, os Estados estão aceitando que os recursos para o desenvolvimento regional saiam de uma parcela de arrecadação do novo imposto

Pandemia afeta mais as cidades desiguais

O Estado de S. Paulo

Os brasileiros que vivem nos municípios com maior acúmulo de “comorbidades socioeconômicas”, como baixo acesso à água e ao tratamento de esgoto, densidade dos domicílios (muitas pessoas dividindo o mesmo cômodo) e diferença de renda entre mais ricos e mais pobres, ficaram mais suscetíveis às consequências da pandemia, especialmente em relação à taxa de óbitos por 100 mil habitantes.

É o que revela pesquisa da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que traz um mapeamento da pandemia nos 5.570 municípios brasileiros e revela uma nova geografia para o País: a da crise da covid-19. Um dos principais achados da pesquisa mostrou que os municípios mais pobres, com menor renda, não necessariamente foram os mais afetados pela covid-19, mas as cidades onde há maior desigualdade, com muitos ricos e muitos pobres convivendo no mesmo espaço.

O pior cenário está em municípios com média de 27 mil habitantes, um grupo de 459 cidades cujos indicadores socioeconômicos e territoriais as deixaram mais vulneráveis aos efeitos negativos da pandemia do que a média do País. Nesse grupo, estão municípios como Chapadinha (MA), Nova Araçá (RS), Pimenteiras do Oeste (RO) e Vila Bela da Santíssima Trindade (MT). A taxa de óbito foi de 39,8, ou seja, a relação entre o número de mortes por 100 mil habitantes é mais do que o dobro da média nacional.

Nessas cidades, metade dos domicílios tem quartos compartilhados por mais de duas pessoas. Esse grupo de cidades ainda se destaca negativamente no quesito infraestrutura, porque mais de um terço tem abastecimento de água e tratamento de esgoto inadequados (enquanto a média nacional é 9%). É um grupo bem heterogêneo: tem município com 2 mil habitantes e cidade com 79 mil.

A pesquisa dividiu os municípios em sete regiões e avaliou sete indicadores socioeconômicos: infraestrutura, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), auxílio emergencial, densidade das casas (quantas pessoas dormem no mesmo cômodo), renda per capita, vulnerabilidade à pobreza e coeficiente de Gini (que mede o grau de concentração de renda). Um dado que chamou a atenção no estudo é que, em 134 cidades brasileiras, oito em cada dez pessoas têm renda domiciliar inferior a R\$ 255 por pessoa.

Um exemplo típico é o dos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro, que são os mais populosos do Brasil. O rendimento médio de cada habitante é o maior do País (R\$ 1.504), porém esses recursos não são divididos de maneira equitativa entre a população, o que faz com que o coeficiente de Gini também seja o maior de todos.

Uma das autoras da pesquisa, Janaina Lopes Pereira Peres conta que a ideia do trabalho surgiu depois que se mostrou equivocada a percepção, no início da pandemia,

de que o vírus era “democrático” e que todos estavam no “mesmo barco”. “A pandemia mostrou que muitos estavam enfrentando esse mar numa jangadinha e outros, num transatlântico”, diz.

Para o coordenador-geral de pesquisa da Enap, Cláudio Shikida, os dados mostram uma realidade complexa. “Não tem aquela coisa de Região Sul e Sudeste muito bom e Norte e Nordeste muito ruim. Dentro das próprias regiões, tem uma riqueza de situações.”

Varejo e finanças ganham força no mundo digital

O Estado de S. Paulo

O varejo e as finanças são os setores brasileiros que mais demonstraram maturidade digital no primeiro semestre deste ano, segundo levantamento realizado pelo Google. E a empresa que despontou no relacionamento com o cliente foi O Boticário, primeira empresa local a atingir o maior nível de maturidade pelo critério da gigante de tecnologia. No setor financeiro, o destaque foi o Picpay, do grupo J&F. Já a Cogna, a Stellantis (dona da Fiat) e a Elo7 obtiveram, respectivamente, as melhores avaliações em educação, mobilidade e serviços – os outros segmentos analisados.

O índice do Google, chamado gmaternity, avalia formatos usados, tipos de audiências, métricas de campanhas e automação de processos de marketing digital. Na classificação, o modelo considera quatro estágios: nascente, emergente, conectado e multimomento. Segundo estudo do Google e do Boston Consulting Group (BCG), empresas que estão no último nível podem alcançar até 20% mais receita e reduzir em 30% os custos associados às campanhas.

O Boticário alcançou o nível mais elevado por apresentar evolução em diversos parâmetros: adotou a automação de campanhas, alinou os objetivos de marketing com lucratividade e unificou a jornada do usuário em diferentes canais de atendimento.

Um dos símbolos dessa transformação foi a criação de experiências para os clientes, como o espelho virtual, em que o consumidor consegue experimentar maquiagens de maneira digital. Além disso, a companhia passou a adotar estratégias ágeis em sua comunicação. Um exemplo foi o de testar ideias com um pequeno número de clientes e entender maneiras mais efetivas de fazê-las ganhar escala. Segundo

Cathielle Schroeder, diretora de comunicação da empresa, O Boticário priorizou o ganho de performance no site, diminuindo o tempo de resposta para os usuários. Houve uma maior integração das lojas físicas com o e-commerce.

Ou seja: a companhia atuou em boa parte dos seis “viabilizadores da maturidade”, na visão do Google: conexão entre dados online e offline; uso da automação e da tecnologia para obter conteúdo personalizados; criação de métricas palpáveis para identificar o valor das ações dos clientes nas compras; parcerias estratégicas com outras empresas; contratação de cientistas de dados que atuem em linha com o marketing; e criação da cultura do “testar e aprender rápido”. “O que a tecnologia faz é tirar um pouco da subjetividade. É otimizar para chegar até a lucratividade”, explica Rafael Russo, diretor de publicidade do Google Brasil.

Na área de finanças, o Picpay, que foi classificado no nível conectado do índice, é o destaque. “A melhor forma de entregar o produto certo na hora certa é utilizando dados”, destaca Guilherme Telles, diretor de marketing do Picpay. De 2018 a 2020, a base de usuários da empresa cresceu 97%. Só no primeiro trimestre de 2021, o aumento foi de 30%, chegando a 50 milhões de clientes. Segundo ele, a empresa usa inteligência artificial para conseguir otimizar as campanhas e mensurar o desempenho das ações e a qualidade dos anúncios. Para Telles, seria impossível construir produtos eficientes se os departamentos de tecnologia não estivessem conectados com o marketing e com o atendimento.

Outro setor que precisou acelerar a presença digital foi o da educação – por conta das demandas do ensino remoto. A Kroton, braço de ensino superior da Cogna, investiu em pessoal qualificado e tecnologia, conta Bernardo Marotta, diretor de marketing. Outra investida da companhia foi na criação de um produto 100% digital: a startup Ampli. A edtech possui um modelo flexível e desenvolvido para o celular – que oferece cursos de menor duração. A empresa fez um acordo com a operadora TIM, que passou a oferecer o portfólio da edtech para os seus clientes. “Com todos esses movimentos, ampliamos nossa capacidade de entender a jornada pré e após o clique, com uma visão unificada de alcance e frequência”, diz Marotta.

Vtex e Zenvia fazem Nuvini desacelerar planos de IPO

Broadcast

Os desempenhos opostos das ações das brasileiras Vtex e Zenvia em suas estreias em Nova York, na semana passada, acenderam o sinal de alerta para a Nuvini, holding de empresas de software. A companhia tinha como certa sua estreia em Bolsa nos Estados Unidos em 2022, mas agora está repensando os planos. Após o salto da Vtex na Bolsa de Nova York e o tombo dos papéis da Zenvia na Bolsa eletrônica Nasdaq, a leitura foi de que a recepção calorosa da empresa que faz softwares para comércio eletrônico foi resultado, em boa parte, de sua diversificação geográfica. Já a Zenvia, que faz plataformas de comunicação para empresas, é mais dependente do mercado brasileiro e, por isso, foi penalizada no primeiro pregão.

Com quase metade de suas receitas provenientes de fora do Brasil, a Vtex subiu 17% em seu primeiro pregão na Bolsa de Nova York. A Zenvia, que obtém mais de 80% de seu faturamento no País, caiu 21,5% ao chegar à Nasdaq.

A Nuvini não desistiu de abrir capital, mas acredita ser melhor consolidar a expansão internacional, antes desse passo. A companhia chamou Andres Bilbao, cofundador da Rappi, para ajudar a encontrar bons negócios nos países vizinhos. A meta é fazer com que 30% a 40% das receitas venham do exterior até 2025 - quando a companhia espera faturar R\$ 4 bilhões.

Inteligência Artificial e Mercado de Capitais

Broadcast

Dona de um modelo de alocação de recursos por meio de inteligência artificial e análise fundamentalista, chamado de quantamental, a gestora Constância tem olhado o exterior. A casa vai replicar sua estratégia nos mercados de ações de México, Índia e África do Sul. Ela usa tecnologia para análise e cruzamento de informações financeiras de 300 ações brasileiras. As alocações fora do Brasil, a começar pelo México, estarão no fundo multimercado da casa, que começa a entrar nas plataformas até o fim de 2021. A segunda etapa do projeto de internacionalização é o lançamento de um fundo no

exterior para captação de recursos de estrangeiros interessados em mercados emergentes e nesse modelo de investimento.

A Constância tem R\$ 2,5 bilhões em ativos sob gestão, sendo R\$ 1,3 bilhão em seu fundo bandeira, o Fundamento. A gestora espera alcançar R\$ 3 bilhões nele, até o fim de 2022. O fundo multimercado deve chegar a R\$ 1 bilhão, até lá.

Expansão de Financiamentos para painéis solares

Broadcast

O banco Santander captou US\$ 150 milhões com a International Finance Corporation (IFC), do Banco Mundial, para financiar painéis solares para residências e pequenos negócios. A carteira desse tipo de empréstimo dentro do Santander já representa R\$ 1,5 bilhão e a previsão é ultrapassar os R\$ 2 bilhões nos próximos meses. O setor tem crescido rapidamente, com a alta na conta de luz. Bradesco, Banco do Brasil, Itaú, Santander e o BV, entre outros, estão de olho nesse mercado.

O BV, por exemplo, criou um braço independente para tocar a demanda, chamado Meu Financiamento Solar. Com isso, viu a carteira chegar a R\$ 1,2 bilhão no primeiro trimestre, com alta de 263% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Recuperação é ampla, mas desigual

Broadcast

Resultados positivos de diferentes segmentos vão formando um cenário predominantemente alentador para o desempenho da economia no segundo semestre. Há, porém, diferenças profundas entre a evolução de alguns setores e a de outros. Embora alguns, como 13 entre 15 setores da indústria, já superaram os resultados de 2019, como mostrou reportagem do Estado, outros crescem sobre resultados bastante deprimidos (os de 2020, quando a pandemia afetou toda a atividade econômica).

A reposição de estoques parece estimular mais fortemente algumas atividades, o que deixa dúvidas sobre a preservação do ritmo de expansão observado atualmente.

Outras, mesmo tendo voltado a crescer, têm um longo caminho a percorrer até repor o que perderam na pandemia e alcançar um nível que possa ser considerado normal.

O quadro, embora muito menos preocupante do que o de há alguns meses, não é, ainda, inteiramente tranquilizador. A vacinação vai cumprindo seu papel de permitir a liberação mais ampla das atividades econômicas e sociais. Mas o surgimento de novas cepas do vírus pode levar a novas medidas de restrição.

No plano econômico, a recuperação até agora não tem resultado em investimentos na ampliação da capacidade produtiva e na modernização das instalações. Em média, os diferentes setores estão retomando o ritmo de atividade anterior ao da pandemia. Mas os juros deverão continuar a subir, dificultando investimentos e o crédito para consumo.

O comércio varejista, em particular, tem um sério desafio à frente. Precisa recuperar a perda em que incorreu no período de restrições severas às atividades presenciais. O economista da Confederação Nacional do Comércio Fabio Bentes estima em R\$ 873,4 bilhões a perda do varejo entre fevereiro de 2020 e maio deste ano.

É o resultado agregado de todo o varejo. Examinados em diferentes segmentos, os números mostram grandes discrepâncias. Os supermercados e o varejo de alimentos e bebidas viram seu faturamento aumentar na pandemia. Mas caíram expressivamente as vendas de equipamentos e materiais para escritório, tecidos, vestuário e calçados. Setores como o de turismo e eventos foram os que mais perderam na pandemia. De positivo, a crise levou à expansão do comércio eletrônico, que poderá crescer mais.

Construção é uma Ferrari com freio puxado, diz CBIC

Folha de São Paulo

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, afirmou que a recuperação do setor está ocorrendo em ritmo abaixo do seu potencial. “O setor da construção é como uma Ferrari com freio de mão puxado”, disse, durante entrevista à imprensa. “Poderíamos ter recorde de contratações e geração de empregos. Mas temores aos empresários fez com que não chegássemos ao nível de atividade a que poderíamos chegar.”

O principal problema, segundo ele, foi o recorde de alta nos preços de materiais. De acordo com a Sondagem da Construção realizada pela CBIC, 55,5% dos empresários consultados no segundo trimestre relataram problemas como disparada nos custos ou até mesmo desabastecimento. O presidente da CBIC voltou a defender a redução no Imposto de Importação do aço para favorecer a oferta do produto para o mercado local. Outro problema, segundo Martins, foram os ruídos na proposta de reforma tributária, que apontavam para um potencial aumento da carga tributária do setor, tema que continua provocando incertezas.

Martins destacou ainda a queda nos financiamentos com recursos do FGTS para compra e construção de imóveis. “O financiamento com FGTS estancou”, referindo-se à queda no primeiro semestre. O crédito via FGTS atende à produção de imóveis para população da baixa renda, onde se concentra 90% do déficit habitacional. “Os recursos do FGTS estão sendo voltados para outros fins. E o aumento de custo inviabiliza projetos nessa categoria”.

A economista da CBIC, Ieda Vasconcelos, também alertou para a inflação acima da meta do governo e para a conseqüente elevação da taxa básica de juros, que tende a provocar aumentos nas taxas de juros do crédito imobiliário. Ela citou projeções satisfatórias para o PIB nacional, uma melhora da confiança dos empresários e o recente avanço na vacinação contra a covid-19 no Brasil. Mesmo com as dificuldades citadas, a CBIC projeta que o PIB do setor vai subir 4% este ano. Se confirmado, o resultado será o maior desde 2013, quando aumentou 4,5%. A economista ponderou, entretanto, que a melhora do PIB da construção não significa um forte crescimento. De 2014 a 2020, o setor acumula queda de 33,34% nas atividades.

Aplicativos acenam com benefícios a entregador

Broadcast

Em meio ao crescimento do número de trabalhadores por aplicativo, uma válvula de escape do desemprego durante a pandemia de covid-19, empresas do setor começam a se mobilizar em defesa de uma regulamentação da profissão que assegure direitos como aposentadoria e ganhos mínimos aos trabalhadores, sem tirar deles a flexibilidade e a autonomia do modelo. Executivos do ifood, uma das maiores

companhias do segmento de entregas, defendem a criação de uma nova forma de contribuição à Previdência e consideram a possibilidade de as plataformas colaborarem financeiramente para que esses trabalhadores tenham acesso a um grau melhor de proteção social.

Os trabalhadores por aplicativo dependem das políticas de cada companhia para ter alguns benefícios, como ganhos mínimos e proteção contra acidentes ou doenças. Para uma cobertura mais abrangente e direito à aposentadoria no futuro, precisam contribuir à Previdência como microempreendedor individual, modalidade subsidiada pelo governo que assegura benefícios de apenas um salário mínimo (R\$ 1,1 mil), ou de forma autônoma, pagando 20% sobre o salário de contribuição (partindo de R\$ 220 mensais).

Na avaliação do ifood, as possibilidades atuais são insatisfatórias. “O trabalhador de plataforma auferir a renda em vários aplicativos e não tem um sistema que consiga agregar isso em uma contribuição conforme o que ele ganha. A alternativa que ele tem hoje é o MEI, com uma taxa que é subsidiada, mas dá a ele uma aposentadoria de salário mínimo. Não faz sentido”, afirma o diretor de Políticas Públicas do ifood, João Sabino. “A discussão é como usar a tecnologia para criar uma carteira virtual, em que ele faz uma contribuição proporcional ao que ele ganha, tendo uma aposentadoria proporcional ao que ele arrecada”. Segundo dados do ifood, mais da metade dos trabalhadores da plataforma (51,3%) ficam mais de 25 horas semanais ligados no app e ganham R\$ 25,23 por hora trabalhada em média (5 vezes o salário mínimo/hora). Em relação aos ganhos mínimos, Sabino afirma que o piso nacional atual por hora trabalhada (R\$ 5/hora) é o “básico” e “jamais poderia ser alguma coisa abaixo disso”.

A Associação Brasileira Online, que representa mais de 150 aplicativos, afirma que “qualquer debate sobre a relação entre profissionais independentes e aplicativos deve considerar o modelo econômico de intermediação de serviços”.

O economista José Pastore, especialista em trabalho e que tem dado consultoria à Fecomércio-sp nas discussões com as plataformas, afirma que o MEI é “muito indicado” para abrigar os trabalhadores de aplicativo, mas “precisa de alguns ajustes”, inclusive para que eles possam contribuir mais para a Previdência.

Relator estuda isenção para o Simples

O Estado de S. Paulo

O relator do projeto de reforma tributária do Imposto de Renda, Celso Sabino, está fazendo cálculos finais para avaliar a possibilidade de isenção da tributação de lucros e dividendos distribuídos para as empresas que estão inscritas no Simples. A ideia de fazer uma tributação com uma tabela progressiva (quem recebe mais paga uma alíquota maior) para os lucros e dividendos não prosperou, segundo informou Sabino. “Não desenvolveu”, disse.

O relator informou que vai manter a alíquota de 20%. A distribuição de lucros e dividendos é isenta no Brasil desde 1995. Sabino pretende manter no seu parecer a isenção até R\$ 20 mil para as empresas que pela legislação são enquadradas como micro e pequenas, que têm faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. Nem todas elas estão no Simples. Na prática, as empresas que declaram pelo lucro presumido (uma forma de tributação simplificada) e com faturamento acima de R\$ 4,8 milhões (limite do Simples) terão a cobrança da lucro e dividendos com uma alíquota de 20%. “Estão consolidadas a alíquota de 20% e a isenção de R\$ 20 mil”, disse Sabino. O relator rebateu a avaliação de que o seu parecer prejudica a classe média. Sabino disse que tem ouvido narrativas desse tipo, inclusive de profissionais com renda mensal de R\$ 300 mil, como advogados, se auto-enquadrando como classe média.

Sabino contou que já conversou com o ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a proposta de isenção do Simples. “Estamos fazendo as contas. É uma medida de forte ânimo para milhares de empresas”, ressaltou. Segundo o relator, as empresas do Simples, que estabelece um tratamento diferenciado para o pagamento dos tributos, não seriam beneficiadas pela redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ). Pelo parecer do relator, a alíquota do IRPJ cai 12,5 pontos percentuais, passando de 25% para 12,5% para empresas com lucro acima de R\$ 20 mil. Para as demais, a alíquota básica cai de R\$ 15% para 2,5%.

O relator chamou atenção também para uma medida que vai manter no parecer e que, segundo ele, tem potencial de uma economia de R\$ 1,7 bilhão por ano: o fim da isenção do Imposto de Renda para auxílio-moradia e transporte dos agentes públicos, entre eles políticos, juízes e servidores. Sabino disse que não abre mão do seu texto e

está confiante de que ela vai passar no Congresso. Ele lembrou que o projeto prevê uma economia nas despesas do governo federal de R\$ 300 milhões com a aprovação pelo Congresso do projeto que acaba com os supersalários ao regulamentar o que pode ficar fora ou não do teto remuneratório do setor público federal. O teto tem como base o salário dos ministros do STF. Esse teto é de R\$ 39,3 mil, mas uma série de “penduricalhos” acabam ficando fora do teto e permitindo os supersalários.

Bolsonaro desiste de proposta que desobrigava a inscrição de profissionais em Conselhos, como OAB e CREA

O Estado de S. Paulo

O presidente Bolsonaro pediu ao Congresso Nacional que retire de tramitação da PEC que ele e o ministro da Economia, Paulo Guedes, enviaram aos parlamentares para enquadrar os conselhos profissionais como entidades da iniciativa privada, sem nenhuma relação com a estrutura da administração pública. Entregue à Câmara em julho de 2019, o texto também acabava com a obrigação da inscrição de profissionais nesses conselhos e desagradou a associações de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O recuo está oficializado em mensagem presidencial publicada no Diário Oficial da União (DOU). O governo afirma que decisão do STF “esvaziou” o escopo da medida e que a tramitação poderia ensejar insegurança jurídica. O texto não estabelecia quais profissões poderiam continuar tendo a obrigatoriedade de inscrição mantida. Hoje, a exigência de que profissões precisam de aval de entidades de classe é determinada por leis federais e vale para categorias diversas, como médicos, engenheiros, advogados, corretores e músicos.

O ministério argumentava que a PEC não mudaria em nada a estrutura atual dos conselhos profissionais e não tinha o objetivo de impedir a continuação das atividades. Segundo o governo, o objetivo era deixar claro na Constituição que esses conselhos são entidades privadas, e não autarquias. Ou seja, constitucionalizar que o Estado não deverá se meter na regulamentação de qualquer profissão, mantendo a autorregulação para as atividades cujos conselhos estão previstos em leis.

A Secretária-geral da Presidência diz em nota que a PEC “visava a consolidar o entendimento de que os conselhos profissionais não integram a estrutura da Administração Pública, para afastar qualquer hipótese de equiparação da organização dos conselhos profissionais às autarquias integrantes da Administração Pública, bem como atribuir clareza às regras inerentes ao regime jurídico de direito privado e a celetista ao qual subordinados”.

O texto cita o STF, no julgamento das ADC 36, da ADI 5367 e da ADPF 367, declarou a constitucionalidade do art. 58, § 3.º, da Lei n.º 9.649, de 1998, que estabelece que os empregados dos conselhos “são regidos pela legislação trabalhista e veda formas de transferência ou deslocamento para o quadro da Administração Pública direta ou indireta”.

UNICÓRNIO DA COMIDA VERDE

Broadcast

A Notco, de alimentos com base vegetal, recebe aporte de US\$ 235 milhões e atrai esportistas como Lewis Hamilton e Roger Federer. A empresa anunciou que recebeu um aporte de US\$ 235 milhões liderado pela Tiger Global – tornando-se o mais novo unicórnio (como são batizadas as startups que valem mais de US\$ 1 bilhão). Com o dinheiro novo e o status obtido, o objetivo da companhia fundada no Chile é lançar em mais países seus produtos.

Entre os participantes da rodada figuraram a G2D, da gestora brasileira GP Investimentos, que viu inflar o valor de sua participação na companhia (leia mais no box ao lado). Também participaram da rodada nomes como o heptacampeão de Fórmula 1 Lewis Hamilton e Roger Federer, vencedor de 20 Grand Slams de tênis. O investimento Série D já estava no radar da empresa, mas foi fechado antes do previsto – Ciro Tourinho, diretor da Notco no Brasil, disse que esperava receber o novo aporte entre o fim de 2021 e o início de 2022.

“O principal objetivo da companhia é retirar os animais da equação (da alimentação). Esse investimento vai servir para turbinar a nossa expansão geográfica para vários outros países e dentro dos que estamos presentes. No Brasil, nossa operação é focada no Estado de São Paulo. O aporte serve para financiarmos o crescimento para

outros Estados”, frisou o executivo. Os alimentos da Notco são produzidos com a ajuda de Giuseppe, algoritmo responsável pela “tradução” de receitas com ingredientes de origem animal para seus equivalentes vegetais. Foi dele que saíram os cinco produtos hoje comercializados pela Notco, como leite, sorvete e maionese. No Chile, a companhia lançou uma opção de carne moída vegetal.

Foi um mercado que se abriu principalmente pelo trabalho das pioneiras americanas Impossible Foods e Beyond Meat. A Notco não está sozinha na busca por alternativas vegetais a receitas consagradas. Gigantes como JBS e Marfrig, além de uma série de startups do setor alimentício, como A Tal da Castanha, também têm atuado nesse segmento.

Com o investimento, a Notco também pretende aumentar a quantidade de matéria-prima produzida nos países em que opera. Para a fabricação dos alimentos da marca, a maior parte dos ingredientes é importada, o que tem impacto não só na cadeia de suprimentos, mas também no preço final na prateleira do supermercado, que é mais alto se comparado aos produtos comuns – um litro de leite da Notco custa, por exemplo, cerca de R\$ 15 para o consumidor. No curto prazo, a redução de preços passa pela revisão das embalagens. “Temos tentado trabalhar a questão da acessibilidade. Às vezes, isso é possível no curto prazo com uma embalagem um pouco mais acessível em preço”, diz o diretor da Notco no Brasil.

Getnet amplia expansão no mercado europeu

Broadcast

O Santander deu mais um passo para levar seu negócio brasileiro de maquininhas para o mundo e anunciou ontem que sua fintech de pagamentos, a Pagonxt, vai desbravar o mercado da Europa sob a marca Getnet. Depois de Espanha e Portugal, o objetivo é avançar para outros países, em um total de 30 mercados na região. Na América Latina, o Santander planeja entrar também no Uruguai “em breve”. Terceira maior empresa de maquininhas do Brasil, com 1,1 milhão de clientes, a Getnet já atua nos mercados do México, do Chile e da Argentina.

Em recente entrevista, durante o programa Olhar de Líder, o presidente da Getnet, Pedro Coutinho, disse que a companhia, que nasceu como uma startup, no Rio

Grande do Sul, em 2003, planeja ainda ingressar nos Estados Unidos, o que estaria previsto para 2023.

Na Europa, onde pretende estar em plena operação em 2022, a ideia é alcançar comerciantes de todos os tamanhos em 30 países, atraindo tanto clientes do Santander quanto não correntistas. Um dos impulsos para a expansão da marca brasileira na Europa foi a aquisição de ativos da alemã Wirecard. Após um escândalo de fraude contábil, a empresa engrenou em uma série de desinvestimentos ao redor do globo, sendo alguns deles adquiridos pelo Santander. “A implantação global da Getnet está à frente do planejado. Nosso objetivo é ajudar os clientes na Europa e nas Américas a expandirem seus negócios, tornando os pagamentos mais fáceis e seguros, usando as melhores tecnologias disponíveis”, disse o diretor de operações da Pagonxt, Javier San Félix, em nota à imprensa.

Dos mais de 2,3 mil funcionários da Getnet no mundo, 600 estão na Europa. Lá, o objetivo, conforme o banco espanhol, é aumentar 20% do quadro para auxiliar a estratégia de crescimento. Os planos de expansão do Santander miram para 150 milhões de clientes no negócio de pagamentos, incluindo as pequenas e médias empresas, e 60 milhões de cartões ativos. Essa é a base, conforme o banco, para dobrar a o volume de transações digitais entre os anos de 2020 e 2025, chegando à marca de US\$ 10,5 trilhões.

Sujeita às aprovações regulatórias necessárias, a incorporação da Getnet Brasil à fintech Pagonxt está prevista para o fim do ano, de acordo com o Santander. No Brasil, o Santander já obteve o aval do Banco Central para segregar o seu negócio de maquininhas. A autorização era um dos passos restantes para que o banco pudesse seguir com o planejamento de listar a Getnet na Bolsa. Aguarda o registro de companhia aberta solicitado aos reguladores do mercado de capitais, a CVM, no Brasil, e a SEC (Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos).

Ambipar negocia Biofílica, de crédito de carbono

Broadcast

A Ambipar, de gestão de resíduos, está negociando mais uma aquisição: agora o alvo seria a empresa de créditos de carbono Biofílica, apurou o Estadão. Se confirmada, a compra da Biofílica será a 18.^a em um ano. Em 2021, com investidores animados com

a expansão acelerada, a ação da Ambipar já subiu mais de 60%. Com o negócio de crédito de carbono em alta, dada a crescente demanda por empresas em busca de zerar suas emissões, a Ambipar não seria a única interessada no negócio, disse uma fonte. Caso venha mesmo a ocorrer, a aquisição da Biofílica será a entrada da Ambipar em um negócio que tem potencial de grande expansão.

A Ambipar acaba de completar seu primeiro aniversário como empresa de capital aberto. Nesse período, colocou o pé no acelerador. Na oferta inicial de ações (IPO, pela sigla em inglês) na Bolsa brasileira a empresa levantou cerca de R\$ 1 bilhão, dinheiro que colocou no caixa. A aquisição da Biofílica pode ser a terceira da empresa só em julho. Desde o IPO, a companhia já desembolsou R\$ 1,4 bilhão em aquisições.

A Biofílica foi fundada em 2008 e é uma empresa brasileira de conservação de florestas nativas a partir de serviços ambientais. A venda de crédito de carbono é feita para empresas que buscam neutralizar suas emissões. Entre os acionistas da Biofílica, há vários nomes de peso no mercado, como Guilherme Leal, da Natura, e Aakon Lorentzen, do Grupo Lorentzen.

Além das empresas no Brasil, a Ambipar colocou os dois pés no mercado americano e hoje já está em dez Estados do país. Procurada, a Ambipar disse desconhecer a negociação.

Assessoria de Comunicação – Sedet
Fone: (85) 3444.2900
www.sedet.ce.gov.br

INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS

TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	1,45	2,67	-3,56	5,77
Brasil	1,78	1,41	-4,06	4,85

VALOR CORRENTE DO PRODUTO INTERNO BRUTO ANUAL (PIB) (R\$ MILHÕES) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
Ceará	155.903,82	166.959,80	168.285,73	188.355,17
Brasil	7.004.141,00	7.407.023,57	7.447.858,25	8.263.567,80

PARTICIPAÇÕES PIB ANUAL (%) (JAN-DEZ)				
	2018	2019	2020*	2021**
PIB_CE/PIB_BR	2,23	2,25	2,26	2,28
Participações População (%)	4,35	4,35	4,34	4,33

Fonte: IBGE e IPECE.

Notas: (*) Valores estimados, sujeitos a revisão; (**) Valores projetados, sujeitos a revisão;

Atualizado em 17/06/2021.

CONTAS EXTERNAS DO CEARÁ (US\$ MILHÕES) (JAN-JUN)				
	2018	2019	2020	2021
Exportações	1.025,65	1.130,41	951,02	1.071,64
Importações	1.305,02	1.097,79	1.206,18	1.540,16
Saldo Comercial	-279,37	32,62	-255,16	-468,52

Fonte: MDIC.

ESTOQUE DO VOLUME DE CRÉDITO				
	2018	2019	2020	2021 (Até maio)
Brasil (R\$ Tri)	-	3,48	4,02	4,18
Ceará (R\$ Bi)	71,32	76,77	87,14	89,31

Fonte: Banco Central.

PRINCIPAIS ÍNDICES				
ATIVIDADE (Acumulado até Maio) (base: igual mês ano anterior) (%)				
	2018	2019	2020	2021
Produção Física Industrial	0,7	2,8	-22,1	25,3
Pesquisa Mensal de Serviços	-9,3	-3,1	-11,7	2,8
Vendas Mensais do Varejo Comum	3,6	-0,8	-17,8	5,1
Vendas Mensais do Varejo Ampliado	5,0	2,8	-17,2	19,2
INFLAÇÃO (Acumulado até Maio)				
	2018	2019	2020	2021
IPCA -BRASIL	3,75	4,31	4,52	3,77
IPCA -FORTALEZA	2,9	5,01	5,74	5,11
INPC	-	4,48	5,45	3,95
IGP-M	7,54	7,3	23,14	15,08

Fonte: IBGE e FGV.

MERCADO DE TRABALHO - CEARÁ				
INDICADOR	2018	2019	2020	2021.1
Desocupação (%)	10,1	10,1	14,4	15,1
Nível de ocupação (%)	50,3	50,8	42,8	40,4
População em idade de trabalhar	7.312 (100%)	7.410 (100%)	7.620 (100%)	7.623 (100%)
	4.088	4.185	3.808	3.631
Força de trabalho (mil)	(56%)	(56%)	(50%)	(48%)
Ocupada (mil)	3.676	3.762	3.259	3.082
Formal (mil)	1.630	1.702	1.534	1.422
Informal (mil)	2.046	2.060	1.725	1.660
Desocupada (mil)	412	423	549	549
Fora da Força de trabalho (mil)	3.224 (44%)	3.225 (44%)	3.812 (50%)	3.992 (52%)
Desalentados (mil)	328	358	466	466

Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas (R\$)				
	2018	2019	2020	2021
	1.525	1.685	1.656	1.766

Fonte: IBGE (PNAD Contínua).

ESTOQUE DE EMPREGO FORMAIS							
REGIÃO/ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021* (Até junho)
Ceará	1.542.759	1.443.365	1.464.948	1.471.704	1.509.818	1.523.888	1.547.833
Nordeste	8.899.279	8.436.203	8.543.651	8.647.237	8.683.272	8.704.922	8.829.593
Brasil	48.060.807	46.060.198	46.281.590	46.631.115	47.554.211	47.633.520	48.866.892

Fonte: RAIS/ME e NOVO CAGED.

* O estoque de empregos 2020: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020.

** O estoque de empregos 2021: Estoque de empregos em 2019 + o saldo das contratações de 2020 e 2021.

CADASTRO GERAL DE DESEMPREGADOS E EMPREGADOS DO CEARÁ (JAN-MAIO)		
Indicadores	2020	2021
Contratações	136.612	182.814
Demissões	181.915	158.869
Saldo de Empregos Gerados	-45.303	23.945

Fonte: NOVO CAGED.

ABERTURA/FECHAMENTO DE EMPRESAS NO CEARÁ (JAN - JUN)				
ESPECIFICAÇÕES	2018	2019	2020	2021
Abertura	35.121	40.957	38.404	55.775
Fechamento	57.673	15.613	13.265	17.844
Total	-22.552	25.344	25.139	37.931

Fonte: JUJEC.

PECEM - TOTAL DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGA (TONELADAS) (JAN-JUN)				
PERÍODO	2018	2019	2020	2021
	8.594.172	7.416.995	8.025.916	10.038.097

Fonte: CIPP